

# Os departamentos de polícia precisam de antropólogos?

Tradução inédita em português de debate originalmente publicado em 2014<sup>1</sup>

**Jennie M. Simpson**

Antropóloga da American Anthropological Association (AAA)

**Wilson Peña-Pinzón**

Antropólogo da Universidad Externado de Colombia, Colômbia

Traduzido por **Francisco Thiago Rocha Vasconcelos** (Unilab) e **Silviana Fernandes Mariz** (Unilab)

Recebido em: 27/03/2017

Aprovado em: 03/06/2017

Tradução de debate a respeito da relação entre a antropologia e as organizações policiais, protagonizado por Jennie M. Simpson, antropóloga americana vinculada à American Anthropological Association (AAA), e Wilson Peña-Pinzón, antropólogo colombiano da Universidad Externado de Colombia (UExternado, Bogotá, Colômbia). A discussão se realizou no blog *Anthropoliteia*. Acreditamos que os dois textos – o primeiro, mais otimista quanto aos benefícios de uma antropologia aplicada; o segundo, mais crítico – oferecem a possibilidade de uma visão comparativa sobre diferentes propostas de vinculação entre antropólogos e polícias no continente americano. **Dilemas** apresenta nas próximas páginas o debate.

**Palavras-chave:** antropologia, polícia, sistema de justiça criminal, conhecimento aplicado, políticas públicas de policiamento

**Do Police Departments Need Anthropologists?** is the translation of debate

regarding the relationship between anthropology and police organizations, starring Jennie M. Simpson, American anthropologist linked to the American Anthropological Association (AAA), and Wilson Peña-Pinzón, Colombian anthropologist at the Universidad Externado de Colombia (UExternado, Bogota, Colombia). The discussion took place on the blog *Anthropoliteia*. We believe that the two texts – the first, more optimistic about the benefits of applied anthropology, the second, more critical – offer a comparative view on different proposals for binding between anthropologists and cops on the American continent. **Dilemas** presents the debate on the pages.

**Keywords:** anthropology, police, criminal justice system, applied knowledge, public policing policies

## Texto 1

### Os departamentos de polícia precisam de antropólogos?

**Jennie M. Simpson**

**C**omo um novo ano se aproxima rapidamente, e refletimos sobre os crescentes chamados para a responsabilização da polícia e para uma revisão crítica do uso excessivo da força, quero aproveitar

este momento para rever o último ano de *Practicum*<sup>2</sup> e colocar duas questões tanto para antropólogos como para policiais: as agências de polícia precisam de antropólogos? E o que isto viria a ser?

Desde sua estreia, a *Practicum* tem refletido sobre a prática de antropólogos atuantes que vem trabalhando com as questões de policiamento, justiça criminal, justiça juvenil e instituições correcionais. Eu fiquei muito sensibilizada em perceber que essa comunidade de especialistas atuantes existe e que tem aplicado com sucesso as abordagens e metodologias de pesquisa da antropologia. Esses antropólogos “produziram antropologia” (conferir reunião anual da AAA 2014) na prática, na justiça juvenil, em instituições correcionais e no policiamento. Com isso, elevaram o perfil de como antropólogos – por meio de orientação teórica, técnicas de pesquisa, análise e práxis – podem contribuir para a melhoria dos sistemas de justiça.

Com isso em mente, e um ano novo se aproximando, eu quero propor um pouco de pensamento radical. Talvez isto não seja radical para alguns de vocês, e talvez possa ser um pouco controverso para outros. Mas com os acontecimentos de Ferguson<sup>3</sup>, as contínuas fatalidades nas interações entre a polícia e pessoas com transtornos de saúde comportamental, e as tensões que a violência estrutural e a desigualdade produzem, eu vejo espaço para os antropólogos alocados em departamentos de polícia. Em um excelente painel de discussão do Urban Institute com Chief Ron Brown (RET), Chief Cathy Lanier, e Dra. Tracie Keese, que aconselho vocês a checar, fiquei impressionada com a visão progressista de policiamento e de aplicação da lei apresentada. No entanto, recordando minha própria experiência no trabalho com agentes da polícia, sei o quão difícil pode ser sua implementação – mesmo na visão mais otimista –, especialmente dentro de uma organização hierárquica. Enquanto os criminólogos fizeram progressos concretos trabalhando dentro de instituições policiais, os antropólogos não tiveram tantos avanços. Embora possa especular, dizendo que isso pode ser atribuído à histórica orientação da disciplina e às concepções do que seriam os temas adequados de estudo e de prática, com o surgimento de um forte contingente de antropólogos acadêmicos e especialistas, com foco em policiamento, justiça criminal e segurança, penso que este pode ser o momento perfeito para considerar como antropólogos podem trabalhar com e dentro de instituições policiais.

Os três principais pontos deste artigo são:

1. Antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a melhor entender seus departamentos e pessoal, e a identificar oportunidades para oferecer melhores serviços de polícia para a comunidade.
2. Antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a explicar o policiamento ao público e se debruçar sobre as considerações éticas na implementação de políticas de prevenção do crime.
3. Compreendendo a cultura policial, os chefes de polícia podem criar políticas e práticas que realcem o espírito de serviço no policiamento e enfatizem a legitimidade, a transparência e a confiança do público.

## Esboço de um antropólogo/a de polícia

Como estou em um blog engajado e dirigido ao público, as ideias que apresento foram escritas não para benefício exclusivo de outros antropólogos, mas para a polícia e os profissionais da justiça criminal. Espero que a acessibilidade das ideias fomente debates, compartilhamentos e conversas produtivas. Como sempre, comentários são bem-vindos, e o debate saudável é incentivado.

Dito isso, seguem as observações preliminares sobre o papel de um antropólogo/a de polícia e sobre como a antropologia pode ser aplicada em instituições policiais.

## Levando a cultura a sério

As culturas policiais têm sido tema de debate e pesquisa por especialistas e acadêmicos nos últimos 50 anos. Jerome Skolnick (1994), sociólogo, foi um dos primeiros pesquisadores a investigar a cultura da polícia. Em seu clássico de 1966, *Justice Without Trial: Law Enforcement in a Democratic Society*, Skolnick argumenta que havia uma cultura coletiva, sobretudo entre os policiais de patrulhamento, que resulta das responsabilidades compartilhadas, das tensões, das atividades e dos conflitos do trabalho policial. Robert Reiner (1992) descreveu a cultura da polícia como “valores, normas, perspectivas e regras de ofício que constituem a conduta policial” (p. 109), enquanto Janet Chan (1996) definiu como “as normas ocupacionais informais e valores que operam sob a aparentemente rígida estrutura hierárquica das organizações policiais” (p. 110). Outros estudiosos têm apontado que subculturas podem existir de acordo com nível, unidade e departamento. Loftus (2009) recentemente argumentou que, apesar das mudanças históricas, políticas e econômicas desde as primeiras pesquisas sobre cultura policial, alguns atributos de uma cultura policial específica persistem, e “continuam a exercer uma influência considerável sobre o funcionamento do dia-a-dia do policiamento operacional (p. 189)”. Dentre eles:

- Um forte senso de missão e dever para com o papel de polícia e atividades policiais, particularmente aquelas focadas na luta contra o crime. Isso pode vir em detrimento de funções mais orientadas a serviços e atividades;
- Cinismo e desconfiança em relação a certas pessoas, lugares e eventos.

Se, de um lado, essa cultura pode reforçar os laços sociais e dar significado às experiências e práticas de oficiais, também pode ser um obstáculo para o desenvolvimento e implementação de práticas inovadoras e baseadas em evidências, bem como para a mudança organizacional e o cultivo de novos métodos para alcançar responsabilização<sup>4</sup> legitimidade e confiança pública. Essa tem sido a experiência

de muitos chefes ao implementar uma nova prática dentro de sua organização, uma tarefa constantemente confrontada pela resistência de oficiais e agentes. Tal resistência pode ser o resultado de elementos culturais, tais como o cinismo em relação a certas pessoas e lugares e relutância em ver o papel do policiamento para além da luta contra o crime. Um exemplo é o papel da aplicação da lei na reinserção de pessoas que deixam as cadeias ou prisões. Apesar de a polícia ser uma das principais interessadas na reinserção de egressos de cadeias e prisões, as inovações, práticas e parcerias no papel policial nesse processo podem ser frustradas por uma resistência cultural entre supervisores e policiais de patrulhamento em mudar e inovar na função de polícia.

No entanto, os chefes de polícia podem dispor de um novo recurso: antropólogos, treinados para pesquisar, avaliar e traduzir a cultura. Levando a sério a cultura por meio da pesquisa e da assistência prática de antropólogos, os chefes de polícia podem compreender e alterar a dinâmica que inibe a inovação. Ao mesmo tempo, tendo em conta as perspectivas e experiências do seu corpo de funcionários, podem ser responsáveis às necessidades de seus oficiais e dedicar-se às críticas internas.

Nas duas seções a seguir, delinheiro vias específicas de assistência oferecidas por antropólogos culturais que podem ajudar os chefes de polícia a entender seus departamentos e funcionários, bem como auxiliar na criação de laços com a comunidade.

### **Usando a antropologia para o estudo de departamentos de polícia como organizações**

Além de pesquisar e abordar a cultura nos departamentos de polícia, como pesquisadores versáteis do comportamento humano, das relações sociais e das organizações, os antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a entender melhor seus funcionários e organizações. Por meio do uso de métodos qualitativos, etnográficos, inclusive entrevistas imparciais em profundidade em todos os níveis de gestão e de pessoal; a participação neutra em reuniões e atividades de trabalho diárias; observação pessoal de atividades e relacionamentos; e exame de documentos e políticas, os antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a compreender a dinâmica organizacional em jogo no interior dos departamentos. Por meio compreensão de como todos os níveis da organização e de seu pessoal funcionam e interagem, antropólogos podem ajudar na criação de um ambiente de trabalho mais produtivo, para os gestores, supervisores e funcionários. Esses métodos fornecem aos antropólogos uma visão ampla e holística da organização em que trabalham, permitindo a análise e a avaliação da introdução e da implementação de políticas e práticas inovadoras. Além disso, os antropólogos são hábeis no uso de métodos qualitativos e quantitativos, incluindo análise de redes sociais, *surveys* e avaliação de programas.

No âmbito da antropologia cultural, existem subdisciplinas que se concentram em áreas específicas de investigação, e antropólogos podem se especializar em certos tipos de pesquisa. De particular

relevância para os departamentos de polícia são as subdisciplinas da antropologia organizacional e da antropologia avaliativa<sup>5</sup>.

### **Antropologia organizacional**

Marietta Baba (1995), uma renomada antropóloga organizacional e institucional, realizou um estudo de quatro anos em uma corporação industrial, *Fortune 100*. Indagada a explicar as respostas divergentes de grupos particulares dentro da empresa para um “programa de mudança transformacional”, Baba e uma equipe de investigação passaram 18 meses coletando dados etnográficos por meio da observação de processos de trabalho, participando de reuniões e conduzindo entrevistas em profundidade com membros do grupo de trabalho e supervisores. Baba e a equipe de investigação descobriram que cada grupo de trabalho tinha uma subcultura única, que influenciou sua resposta para o programa de mudança. Sua pesquisa também revelou que comportamentos que expressavam resistência à mudança, em alguns grupos, provinham de conhecimento e de prática inadequados sobre estratégias efetivas de gerenciamento de mudanças.

Como a antropologia organizacional pode beneficiar as organizações policiais? Ecoando a pesquisa de Baba, antropólogos podem ser contratados para entender como e por que novas políticas e práticas não são aceitas e implementadas pelas equipes de base. Com a realização de pesquisa qualitativa aprofundada com todos os níveis de pessoal, um antropólogo pode sintetizar uma multiplicidade de perspectivas e identificar e analisar novos temas que possam aparecer. Ao contrário de outras metodologias de pesquisa, o uso do trabalho de campo etnográfico permite a antropólogos descobrir padrões de comportamento, crenças e normas – dados que são então analisados; em outras, pesquisadores testam uma hipótese usando variáveis predeterminadas. Embora as duas metodologias tenham seus méritos e usos, métodos qualitativos permitem que pesquisadores descubram complexidades e nuances que não são reveladas no trabalho experimental. Em muitos aspectos, ela é semelhante ao bom trabalho policial na resolução de crimes complexos: recolhe e analisa informações, e levanta hipóteses para chegar a conclusões.

### **Antropologia avaliativa**

Os antropólogos também têm garantido presença em programas de avaliação, e muitas agências federais e fundações privadas de concessão de verbas agora exigem um componente etnográfico em suas avaliações de processo e de resultado. Os avaliadores coletam dados sobre processos e resultados para aperfeiçoamento e para tomada de decisão (PATTON, 2005) A maneira como os programas são desenvolvidos e implementados é, muitas vezes, influenciada pela cultura e subculturas de uma organização. Ao usarem

métodos etnográficos, qualitativos e mistos, antropólogos podem determinar como os valores, as normas e as crenças dos funcionários dirigem, influenciam ou dificultam a adoção e a implementação de um programa. Em 2003, o U.S. Government Accounting Office (GAO) divulgou o relatório *Federal Programs: Ethnographic Studies Can Inform Agencies' Actions*. No estudo, a equipe do GAO descobriu que, em cada um dos quatro estudos de caso apresentados, a "etnografia ajudou a obter informações anteriormente indisponíveis sobre crenças e comportamentos que eram importantes para que o programa federal pudesse atingir seus objetivos – informações que não poderiam ser prontamente obtidas por outros métodos" (GAO, 2003, p. 27). Patton (2005) caracteriza a etnografia em avaliação como a combinação de "análise de documentos, entrevistas da equipe do programa e participantes, participação direta nas atividades do programa durante a observação, e interpretação reflexiva durante o processo" (p. 35). Um exemplo de avaliação antropológica é a avaliação do U.S. Department of Veterans Affairs Patient Safety Program, feita pelo U.S. Government Accountability Office. A avaliação foi realizada por uma equipe multidisciplinar que incluía antropólogos; métodos etnográficos foram utilizados para avaliar a implementação do Patient Safety Program, ao mesmo tempo compreendendo os obstáculos e incentivos para melhorar a cultura de segurança do paciente da Veterans Affairs (V.A.) (GOODMAN; TRAINOR e DIVORSKI, 2005). Eles descobriram que em quatro instalações da V.A., a implementação do programa variava, e em uma das instalações, a cultura da organização bloqueou a participação dos membros da equipe.

Nos departamentos de polícia, antropólogos podem auxiliar chefes de polícia a avaliar os processos de desenvolvimento, implementação e desempenho de novos programas e práticas. Por exemplo, o sucesso de programas de policiamento comunitário inovadores, como um de polícia colaborativa e um de atenção à saúde mental para pessoas com doenças mentais, repousa sobre a efetiva implementação do programa.

No entanto, para que isso aconteça, todos os níveis de pessoal devem compreender e aceitar as metas e os objetivos, e a cultura organizacional não deve impedir a aceitação e a aplicação do programa. Um antropólogo pode ajudar a determinar em que extensão esses objetivos foram atingidos e avaliar o processo de implementação e o resultado de um programa. Além disso, podem ajudar a identificar os lugares de intervenção e a criar estratégias de respostas adequadas para cultivar a mudança organizacional.

## **Antropologia e a comunidade**

Além de ajudar chefes de polícia a melhor entender suas organizações e seus funcionários, antropólogos são adequados, por sua formação, para trabalho em e com a comunidade. A antropologia cultural tem uma longa história de pesquisas realizadas em comunidades, particularmente naquelas marginalizadas por desigualdades sociais, econômicas e raciais. Compreender os fatores sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos que afetam as comunidades locais é importante para a

pesquisa antropológica focada em políticas e práticas. Esse tipo de análise holística é especialmente relevante para os departamentos de polícia que priorizam os esforços de policiamento comunitário.

Um exemplo é o trabalho de antropólogos na prestação de serviços sociais. Por exemplo, em Washington D.C. e outras importantes cidades, antropólogos realizaram pesquisas relevantes em políticas e práticas sobre pessoas sem moradia. Adotou-se o trabalho com departamentos de polícia e oficiais para determinar abordagens não criminalizantes e apropriadas às necessidades dos indivíduos sem-teto, unidas a objetivos de segurança pública para todos os cidadãos. Conforme enfatizado, antropólogos podem atuar como mediadores e tradutores entre polícia e comunidade. Eles podem identificar, tanto para as comunidades quanto para os chefes de polícia, pontos de discordância e desconfiança, e auxiliar na criação de práticas e estratégias adequadas e sensíveis. A legitimidade, a responsabilização e a confiança no policiamento democrático podem ser amparadas pela assistência profissional de antropólogos no desenvolvimento e manutenção de relacionamentos abertos e recíprocos entre o departamento de polícia e a comunidade.

Conforme os departamentos de polícia adotam políticas e práticas baseadas em evidências, é crescente a relevância da avaliação das implicações éticas dessas políticas e práticas nas comunidades. Desde a década de 1970, as ciências biomédicas nos EUA têm enfatizado a importância de se compreender as implicações éticas da investigação biomédica. São críticas as pesquisas sobre genética, câncer, doenças infecciosas e não infecciosas, mas considerações éticas sobre intervenções e políticas baseadas em evidências e práticas também são primordiais. Para essa finalidade, o United States Department of Health and Human Sciences contratou pesquisadores e teóricos, incluindo antropólogos, para estudar e avaliar o impacto ético da pesquisa biomédica. Da mesma forma, os chefes de polícia devem estar atentos à dimensão ética da implementação e dos resultados das práticas em comunidades. Por exemplo, como pode o policiamento local ter impacto nas relações entre polícia e comunidades em zonas que são alvo de intervenções? Como os chefes de polícia podem garantir que táticas de prevenção do crime e práticas de policiamento não afetem desproporcionalmente e negativamente certas comunidades e indivíduos? Os métodos holísticos dos antropólogos para pesquisar e avaliar políticas e práticas, conforme descrito, os colocam em posição privilegiada para ajudar os chefes de polícia a assegurar que políticas e práticas promovam os princípios do policiamento democrático e dos direitos humanos, e acedam a princípios éticos.

### **Antropólogos nos departamentos de polícia**

Apesar da tradutibilidade<sup>6</sup> utilidade da antropologia para o policiamento, poucos antropólogos têm trabalhado em ou com os departamentos de polícia. Isso pode, em parte, ser atribuído à ênfase histórica do campo da antropologia na pesquisa sobre outras culturas e povos. No entanto, há um crescente número de

antropólogos focados em antropologia aplicada e pública. Para eles, sua formação, seus métodos de pesquisa e seus interesses são aplicáveis no estudo e no trabalho com os departamentos de polícia.

Chefes de polícia, ao consolidar a experiência profissional de criminologistas, psicólogos e outros pesquisadores e teóricos treinados em seus departamentos, deveriam considerar os antropólogos como outra fonte profissional e qualificada a ser requerida.

Conforme descrito no decorrer deste artigo, os antropólogos podem auxiliar os chefes de polícia a:

- identificar os obstáculos culturais para a implementação de políticas e práticas;
- identificar as dinâmicas culturais e organizacionais que inibem a inovação de policiamento;
- cultivar a mudança organizacional e identificar os pontos de intervenção nas políticas e práticas departamentais;
- solucionar problemas das dinâmicas comunitárias na implementação de programas de policiamento comunitário;
- transmitir credibilidade e confiança nas comunidades;
- pesquisar e avaliar as implicações éticas das práticas de policiamento.

Muitas dessas estratégias podem ser implementadas com a colaboração com faculdades e universidades locais. Professores e estudantes de pós-graduação nos departamentos de antropologia seriam parceiros ideais. No entanto, os chefes de polícia deveriam concentrar os recursos na captação/aquisição dos melhores profissionais, incluindo antropólogos, em sua equipe executiva, para aconselhá-los e auxiliá-los na prestação de serviços de policiamento eficazes, baseados em evidências, éticos e democráticos.



## Referências

- BABA, Marietta. (1995), The Cultural Ecology of the Corporation: Explaining Diversity in Work Group Responses to Organizational Transformation. *Journal of Applied Behavioral Science*, Vol. 31, n° 2, pp. 202-233.
- CHAN, Janet. (1996), “Changing Police Culture”. *British Journal of Criminology*, Vol. 36, n° 1, pp. 109-134.
- GAO. (2003), “Federal Programs: Ethnographic Studies Can Inform Agencies’ Actions”. United States General Accounting Office. Disponível (on-line) em: <http://www.gao.gov/new.items/d03455.pdf>
- GOODMAN, Charity; TRAINOR, Brad [e] DIVORSKI, Stan. (2005), “Using Ethnographic Methods to Evaluate the Department of Veterans Affairs Patient Safety Program.” *Napa Bulletin*, Vol. 24, pp. 57-70.
- LOFTUS, Bethan. (2009), *Police Culture in a Changing World*. Oxford, Oxford University Press.
- PATTON, Michael Quinn. (2005), *The View from Evaluation*. *Napa Bulletin*, Vol. 24, pp. 31-40.
- REINER, Robert. (1992), *Politics of the Police*. Oxford, Oxford University Press.
- SKOLNICK, Jerome H. (1994 [1966]), *Justice Without Trial: Law Enforcement in a Democratic Society*. Nova York, Macmillan College Publishing Company.

**JENNIE M. SIMPSON** ([jsimpson@aaaanet.org](mailto:jsimpson@aaaanet.org)) é cientista social com experiência profissional e de pesquisa em justiça criminal e política de saúde comportamental, incluindo assistência técnica a instituições policiais na execução de respostas à crise de pessoas com transtornos de saúde comportamental e gestão de um programa de saúde comportamental. É doutora em antropologia com concentração em raça, gênero e justiça social pela American University (AU, Washington, D.C., EUA) e assistente do diretor editorial da American Anthropological Association (AAA). Foi professora adjunta no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Maryland (UM, EUA).

## Texto 2

### Os departamentos de polícia precisam de antropólogos?

#### Resposta a Jennie Simpson

*Wilson Peña-Pinzón*

**E**sta resposta é uma perspectiva pessoal, com base na proposta contemplada por Jennie Simpson em 8 de dezembro de 2014 em *Anthropoliteia*. Devido ao fato de ser minha interpretação pessoal, ela não reflete a visão de qualquer uma das instituições para as quais trabalho. Esta resposta surge a partir de minha experiência profissional (em antropologia e em estudos políticos) e de meu posicionamento como um pesquisador interessado em temas relacionados à violência. É também baseada na minha experiência como cidadão colombiano, na medida em que o conflito armado é um vívido aspecto do meu país. Apresentei uma primeira resposta a Jeanne em espanhol, mas, a seu pedido, e para ter um debate aberto, apresento agora esta segunda resposta, revisada e traduzida.

Minha resposta à pergunta de Jeanne é um definitivo “não”. Eu baseei meus argumentos principalmente nas grandes diferenças históricas e políticas que existem entre a Colômbia e os EUA em termos de justiça e bem-estar. Na Colômbia, experimentamos conflitos sociais, herança de séculos, que se expressam em diferentes formas de injustiça social, repressão, desigualdade e exclusão. Resultam, sobretudo, da irresponsabilidade do Estado e das instituições em garantir os direitos humanos e constitucionais de modo geral.

#### Uma série de questões

Creio que faltam elementos para articular esta questão com a morte de Michael Brown em Ferguson.<sup>7</sup> Acredito que, como antropólogos, deveríamos concentrar nossa atenção na compreensão do que esse acontecimento tem suscitado (que não é o primeiro caso nos EUA: os antecedentes da segregação de afrodescendentes e a violência utilizada no período republicano são muitos). Mas o ponto de vista não deveria ser o da ordem repressiva ou tampouco do poder institucional e constitucional da polícia na aplicação da violência física.

Primeiramente, “polícia” e “lei” não são a mesma coisa; tampouco “polícia” e “justiça”. Estabeleço essa diferença porque na Colômbia o quadro institucional tem poderes separados, para preservar a independência política da ação administrativa. Embora a polícia seja um garantidor da lei e da justiça, é muito diferente a forma como interpreta a lei (é acionada no momento em que um criminoso é fisicamente coagido por um representante do Estado) - mais grave ainda quando o uso de violência para fazer cumprir a lei é tido como justiça.

É precisamente nessa situação, quando a polícia usa da violência para impor a lei, que encontro a problemática da proposta de vinculação do exercício profissional da antropologia à institucionalidade policial. Menciono isso como princípio fundamental, porque nossa profissão repousa na defesa da integridade humana, qualquer que seja sua expressão, e tal defesa é feita a partir do conhecimento do "outro", de suas relações sociais e expressões culturais, a partir de sua interpretação, mas não da repressão do comportamento.

Quando você fala de " antropólogos especialistas com foco em policiamento, justiça criminal e segurança", lembrei-me de uma experiência de um renomado professor na Colômbia. Ele sugeriu que era essencial que os antropólogos colaborassem com a polícia, especialmente no campo do treinamento policial, em que o uso da etnografia poderia melhorar a aplicação da repressão. De fato, a Polícia Nacional da Colômbia, há alguns anos, tem incorporado antropólogos em sua equipe, apesar de as convocações não especificarem que funções serão desenvolvidas pelo profissional.

Em termos de "justiça criminal", em nosso país temos várias instituições com diferentes competências que têm autonomia em combater o crime; e antropólogos trabalham nelas. Por exemplo, na Procuradoria Geral, que é parte do poder judiciário e assegura o acesso à justiça. A Procuradoria tem várias equipes de pesquisadores, que estudam política criminal, prevenção da criminalidade, etc. No entanto, a entidade não tem, entre suas funções, o poder do uso da violência no processo de ofertar justiça. Também, dentro do Ministério, encontra-se o CTI (Cuerpo Técnico de Investigación), que tem antropólogos forenses profissionais trabalhando para mapear as cenas de crime e promover processos gerais ou particulares de investigação sobre crimes. Essa divisão também não tem acesso ao uso da violência nos processos de intervenção social.

### **Sobre 'os três pontos-chave'**

1. Antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a melhor entender seus departamentos e pessoal, e a identificar oportunidades para oferecer melhores serviços de polícia para a comunidade.

Concordo com a possibilidade de que nossa profissão pode identificar oportunidades, mas desconfio dos serviços que a polícia pode prestar à comunidade em comparação com projetos planejados e executados por outras instituições com a mesma eficácia (Mais à frente discuto por que tenho dúvidas sobre sua eficácia).

2. Antropólogos podem ajudar os chefes de polícia a explicar o policiamento ao público e se debruçar sobre as considerações éticas na implementação de políticas de prevenção do crime.

Também concordo que nossa profissão pode ser um veículo para pensar questões éticas e públicas, especialmente em relação aos direitos civis. Mas esses elementos não são inerentes apenas à antropologia. Antes, deveriam ser um "item obrigatório" da instituição (de todas as instituições do Estado) e não o resultado de antropólogos ajudando chefes de polícia a traduzir atribuições constitucionais. Tal proposta se refere ao declínio institucional e aos efeitos sociais que reflete: esse é um dos meus argumentos para desconfiar das instituições.

Na Colômbia e no México (com os efeitos do tráfico de drogas e o caso de Ayotzinapa),<sup>8</sup> a ineficiência, o abuso de poder e a corrupção são o resultado da falta de profissionalismo, e demonstram a necessidade de uma mudança de doutrina política e cultural, para que cada novo membro da polícia não tenha problemas com a interpretação do "público", do direito, da justiça e da ética.

3. Compreendendo a cultura policial, os chefes de polícia podem criar políticas e práticas que realcem o espírito de serviço no policiamento e enfatizem a legitimidade, a transparência e a confiança do público.

A legitimidade, a transparência e a confiança do público na polícia são e serão relativas. Precisamente porque, como cultura, esta não deve se estender à generalidade da instituição: é evidente que, dentro dela, há indivíduos que tomaram parte em processos sociais, culturais e políticos de formação para entrar na instituição. No entanto, não estamos falando de robôs. Falamos de seres humanos racionais que atuam de diferentes maneiras: alguns impulsionados por contextos de violência política, exclusão e desigualdade; outros que agem sob outros critérios, tais como a defesa da Constituição do país. Na Colômbia, ser policial é uma maneira de acessar certo reconhecimento social, um trabalho que oferece a facilidade de saltar da legalidade para a ilegalidade mediado pelo poder simbólico e físico das instituições.

Acho irresponsável para a antropologia ter qualquer relação com os departamentos de polícia, que perderam sua legitimidade, transparência e confiança pública. Para esse trabalho, funcionariam melhor relações públicas ou publicitários, já que é uma questão de imagem, não de estrutura. Entendo que a mudança se dá com a prática, mas minhas duas críticas dos postos-chave dão uma ideia mais complexa das dificuldades que isso significa.

### **O antropólogo como um líder espiritual da polícia?**

Ao ler as suas propostas, senti exatamente o que coloca a pergunta. Parece que a polícia, como é apresentada, perdeu um elemento-chave na sociedade contemporânea, que é seu sentido original: oferecer segurança. No entanto, valorizo sua proposta de analisar as instituições, especialmente as

instituições repressivas. Elas têm a capacidade e o poder de dizer da complexidade da cultura, como se moldou a sociedade ao longo da história, e como, por trás da instituição, há uma complexa resposta sobre o que significa o Estado, o que representa a democracia, o direito, a lei e a justiça - sobretudo em nossos países que são de “bem-estar, sociais e de direito”.

Parabenizo a proposta da Dra. Simpson em compreender "a cultura da polícia". Penso em Clifford Geertz e no simbólico dentro da cultura, dentro da necessidade de pensar esses símbolos como um sistema e ver como ele desempenha um papel essencial, na forma de uma densa descrição. Poder, assim, interpretar culturalmente a experiência dentro da ordem repressiva que representam os departamentos de polícia. No entanto, acredito que a própria polícia deve buscar e conquistar seu líder espiritual, sob os mandatos constitucionais e a hierarquia de poder do Estado, que tem efeitos em sua estrutura.

### **Marketing e antropologia do consumo**

Lendo nas entrelinhas, vinculei a sua proposta com uma tendência de trabalho que tem crescido no mundo e na relação da antropologia com seus objetivos. No mundo contemporâneo da globalização, a antropologia encontrou um lugar no aumento dos lucros gerado pelo fluxo de mercadorias. Pesquisas de mercado têm expandido – para melhor e para pior – as oportunidades para nossa profissão. Quando você diz que “antropólogos culturais podem ajudar os chefes de polícia a entender seus departamentos e funcionários, bem como auxiliar na criação de laços com a comunidade”, , leio a mesma intenção, por trás de algumas empresas (novamente, nem todas), de buscar argumentos em pesquisas sobre cultura para "fornecer melhores serviços e produtos". Mas o que está por trás é um "convencimento de marca". "Não importa quanta química e quantas calorias tenha uma bebida: ela me faz cool, mata a minha sede de imediato e me faz socialmente aceito, embora eu tenha consciência de que continuar a beber pode me matar no longo prazo". No nosso debate, isso equivaleria a "não me importo com quão criminosa seja a polícia ou o exército, desde que mantenham uma boa imagem e me façam sentir seguro". Algo dessa última perspectiva pode se relacionar com os acontecimentos na Charlie Hebdo há algumas semanas, em Paris.<sup>9</sup>

E nesse lugar estão os estudos organizacionais, que, nos últimos anos, têm utilizado da etnografia para dar uma aparência mais complexa ao que acontece internamente em uma instituição. Toda a tendência RH e a apropriação da psicologia nesses cenários (pelo menos na Colômbia) falam de uma forma muito concreta do controle e do poder dentro de tais lugares. Porém, há muitas diferenças entre uma empresa que fabrique carros e um departamento de polícia. Compreender a organização tem um valor fundamental para sua reestruturação, mas relatórios, estudos ou recomendações são inúteis quando feitos pela própria polícia. Meu argumento se sustenta nas mesmas razões pelas quais os antropólogos, de acordo com o argumento da Dra. Simpson, têm a possibilidade de se vincular à instituição: ilegitimidade, desconfiança, falta de transparência

e corrupção. Se uma instância superior ao departamento – Ministérios ou Senado – realiza uma análise organizacional e localiza os fios soltos (ou maças podres, como geralmente é chamado no meu país, quando se acredita que a corrupção é um fenômeno isolado) na falta de eficácia no cumprimento do mandato constitucional e o dever da polícia no marco da lei, será mais efetiva a possibilidade de tomar ações concretas para gerar mudanças. Esse é o dever do Ministério da Defesa no caso colombiano, mas outras ações relativas à estrutura e à doutrina passam necessariamente pela Presidência e pelo Legislativo.

### **Considerações finais**

Pouco adianta que um antropólogo assessor chefes de polícia a partir de rigorosos métodos e critérios de investigação se os agentes que estão nas ruas têm um treinamento baseado na repressão, na identificação sociocultural de um "outro" fora da norma que deve ser constrangido com os instrumentos que lhes permitem agir, social e politicamente, em seu trabalho. Por exemplo, na Argentina, a comunidade em geral não confia na polícia - ou pelo menos essa foi minha impressão etnográfica durante minha estada em Buenos Aires e em Salta. A falta de confiança é um legado das ditaduras militares: conduzidas com altos níveis de repressão, cooptaram a institucionalidade da segurança, que foi usada para reforçar uma ordem social católica, antissubversiva e outros elementos morais. Casos semelhantes são constatados em vários países que tiveram ditaduras militares ou que sofreram recentemente uma forte repressão de protesto social, como é o caso do Brasil. Nessas circunstâncias, como podem é possível para os antropólogos trabalhar próximos à polícia e lado a lado com a comunidade?

Na Colômbia, a força policial é um ser estranho: parte da sociedade a vê com desdém, acreditando que ela é incompetente, embora, em situações de criminalidade mínima (por exemplo, roubos e crimes simples), são a única esperança de uma intermediação rápida em brigas de rua ou para recuperar objetos roubados. A polícia ajuda a restabelecer a ordem, mediada especialmente pela violência. Recentemente, em redes sociais na Colômbia, surgiu um interesse, por parte de cidadãos, em "denunciar delinquentes": pessoas armadas com câmeras de celular tiram fotos e gravam vídeos de crimes para torná-los públicos - na internet. Isso funciona como uma técnica de prevenção do crime, mas também é um forte argumento para a repressão física (em alguns casos, diga-se, a morte) como única maneira de tirar criminosos das ruas. Em muitos vídeos e fotos, policiais abusam verbal e fisicamente de criminosos no processo de captura. Há uma validação da comunidade, que se vê ameaçada pelo crime. Essa mesma comunidade sofre com a ineficiência da institucionalidade quando não processa ou deixa criminosos livres, quando o sistema de justiça e penitenciário entra em colapso, alimentando um círculo vicioso em que o criminoso volta rapidamente para as ruas. Além disso, agravando as circunstâncias, a polícia é facilmente corruptível (não todos), efeito da falta de profissionalismo (falta de acesso a uma formação

em funções sociais, e não em formação técnica repressiva). Isso faz com que, em alguns países latino-americanos, a exemplo do que se passa ao sul do Río Bravo, indivíduos passem a integrar o corpo de polícia como meio de viver com um salário mínimo, e, acima de tudo, porque é uma profissão de prestígio, que lhe dá a capacidade de acessar redes legais e ilegais que geram uma renda extra, suprindo os desejos de poder e de promoção na lógica hierárquica da instituição.

O trabalho de antropólogos em comunidades, creio, é a questão-chave. Reitero: temos de trabalhar em outros níveis de autoridade e instituições, mas não com as que são permeadas por ilegitimidade, falta de transparência e, especialmente, as que exercem repressão física ou simbólica. Em alguns contextos, deixar o bem-estar nas mãos de uma entidade repressiva poderia se comparar a um comportamento esquizofrênico. É o caso do exemplo com que Dra. Simpson começa seu texto: você acredita que a comunidade de Ferguson – vizinhos do Michael Brown – iria receber de braços abertos, dentro de alguns meses ou anos, um projeto social coordenado pela polícia? Eu acho que não, independentemente de quantos antropólogos auxiliem na criação de projetos e estratégias. Um exemplo real é a minha percepção da relação da Argentina com a polícia e os militares, que também acontece na Colômbia e no Brasil.

Acho esse tipo de debate muito importante, porque é parte de uma realidade latente: de fato, antropólogos trabalham ou trabalharão nos temas aqui discutidos; trabalharão para as instituições do Estado em prol, eu espero, da defesa dos direitos sociais e dos direitos humanos que estão regulamentados nas constituições de cada um de nossos países. No entanto, pensar os limites das instituições e os limites da profissão - não da antropologia em si, mas da realidade social e política da "segurança", da "justiça" e da "lei" - afeta a forma com que a intervenção e a contribuição da antropologia podem ser mais proveitosas.

**WILSON PEÑA-PINZÓN** ([wilson.pena@uexternado.edu.co](mailto:wilson.pena@uexternado.edu.co))

está escrevendo sua tese para um mestrado em estudos políticos da Universidad Nacional de Colombia (Unal, Bogotá, Colômbia). Tem desenvolvido trabalhos de pesquisa em torno da compreensão histórica do conflito armado colombiano por meio de diferentes pontos de vista de ciências sociais: morte e poder de atores do conflito, memória social e política em torno de guerra e suas representações do cinema. Foi professor da Unal e da Escuela Colombiana de Carreras Industriales (ECCI, Bogotá, Colômbia). Atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Antropologia da Universidad Externado de Colombia (UExternado, Bogotá, Colômbia) e ministra cursos sobre conflitos armados e antropologia política.

## Tradutores

### FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS

(fvasconcelos@unilab.edu.br) é professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab, Redenção, Brasil). Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduação em ciências sociais pela UFC.

### SILVIANA FERNANDES MARIZ

(silviana\_mariz@unilab.edu.br) é professora da Unilab. Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFC, mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFC e graduação em letras-inglês pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, Brasil) e em história pela UFC.

---

## Notas

<sup>1</sup> O debate original encontra-se disponível (on-line) em: <http://anthropoliteia.net/2014/12/08/do-police-departments-need-anthropologists/>. Para o texto de Wilson Peña-Pinzón, utilizamos versão em espanhol enviada pelo próprio autor.

<sup>2</sup> N.T. Os textos ora traduzidos foram publicados na página on-line *Anthropoliteia – Perspectivas críticas sobre polícia, segurança, crime, lei e punição ao redor do mundo* (disponível [on-line] em: <http://anthropoliteia.net>), na seção *Practicum – Aplicação da antropologia ao estudo do policiamento, da segurança, do crime dos sistemas de justiça criminal*. Uma reflexão das interseções da antropologia aplicada com os estudos de policiamento, segurança, crime e sistemas de justiça criminal.

<sup>3</sup> N.T. Referência à morte de um jovem afro-americano em Ferguson (Missouri, EUA), assassinado a tiros por um policial branco, no dia 9 de agosto de 2014, que desencadeou uma onda de distúrbios e um debate nacional sobre as práticas policiais e como tratam a comunidade negra.

<sup>4</sup> N.T. *Accountability*.

<sup>5</sup> N.T. *Evaluation anthropology*.

<sup>6</sup> N.T. *Translatability*.

<sup>7</sup> N.T. Morte de jovem negro por policial branco que acirrou tensão racial nos EUA, resultando em protestos em cidades do estado de Missouri, em 2014.

<sup>8</sup> N.T. O Caso de Ayotzinapa, ou o Massacre de Iguala, ocorreu em 26 de setembro de 2014, quando 43 alunos da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, em Ayotzinapa, desapareceram na cidade de Iguala, Guerrero, no México. Eles protestavam contra práticas de contratação e financiamento discriminatórias do governo, quando entraram em confronto com a polícia e foram presos. Após a prisão, investigações apontam que os estudantes foram sequestrados pela polícia e mortos por um cartel de narcotraficantes. Disponível (on-line) em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474645962\\_821901.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474645962_821901.html)

<sup>9</sup> N.T. Ataque terrorista a jornal satírico francês em 7 de janeiro de 2015.